



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXXIII SUPL. AO Nº 15, SEXTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2018

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2017/2019)

PRESIDENTE	RODRIGO MAIA (DEM-RJ)
1º VICE-PRESIDENTE	FÁBIO RAMALHO (PMDB-MG)
2º VICE-PRESIDENTE	ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)
1º SECRETÁRIO	GIACOBO (PR-PR)
2º SECRETÁRIO	MARIANA CARVALHO (PSDB-RO)
3º SECRETÁRIO	JHC (PSB-AL)
4º SECRETÁRIO	RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB)
1º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS)
2º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	CÉSAR HALUM (PRB-TO)
3º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	PEDRO UCZAI (PT-SC)
4º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	CARLOS MANATO (SD-ES)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DO PRESIDENTE

Institui Grupo de Trabalho destinado a analisar a situação atual do mercado de debêntures no Brasil e propor estratégias para torná-lo acessível a todos os segmentos do mercado, independentemente do porte da empresa emissora dos títulos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no desempenho de suas atribuições, e,

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir para a retomada incipiente do crescimento econômico do Brasil, alavancada pela aprovação de importantes medidas voltadas ao equilíbrio fiscal e à modernização das relações de trabalho no País;

CONSIDERANDO a importância, para esse processo, de um acesso democrático a formas de captação de crédito mais baratas, de maneira a permitir que empresas de qualquer porte possam viabilizar seus negócios em um ambiente mais competitivo;

CONSIDERANDO, por fim, que o Poder Legislativo deve desempenhar um papel protagonista na formulação de estratégias inovadoras para o desenvolvimento econômico e para a construção de um mercado de crédito mais justo e eficiente.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho destinado a analisar a situação atual do mercado de debêntures no Brasil e propor



CÂMARA DOS DEPUTADOS

estratégias normativas relacionadas às atribuições constitucionais da Câmara dos Deputados para torná-lo acessível a todos os segmentos do mercado, independentemente do porte da empresa emissora dos títulos.

Parágrafo único. O prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo será de cento e vinte dias, contados da data de sua instalação.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO e pelo Dr. ARY OSWALDO MATTOS FILHO, e será composto pelos Deputados Federais e pelos membros externos indicados a seguir:

I – Deputados Federais:

- a) Deputado Sergio Zveiter;
- b) Deputado João Paulo Kleinübing;
- c) Deputado Danilo Forte; e
- d) Deputado Valtenir Pereira.

II – Membros Externos:

- a) Viviane Muller Prado;
- b) Renato Vilela; e
- c) Fabiano Ricardo Luz de Brito.

§ 1º Funcionará como Secretário dos membros externos do Grupo de Trabalho o Sr. Marcos Joaquim Gonçalves Alves;

§ 2º O Diretor da Consultoria Legislativa designará um Consultor para prestar assessoramento aos Deputados Federais integrantes do Grupo de Trabalho;



Documento : 77345 - 3



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 3º O Grupo elaborará, se necessário, minuta de regulamento para disciplinar os seus trabalhos, que será posteriormente submetida à apreciação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

§ 4º Por proposta dos Coordenadores, novos membros externos poderão ser integrados ao Grupo de Trabalho em etapas posteriores de suas atividades, conforme necessário para a consecução de seu objetivo.

Art. 3º A participação no Grupo de Trabalho a que se refere este Ato não será remunerada a nenhum título, constituindo serviço público relevante, prestado à Câmara dos Deputados.

Art. 4º As despesas logísticas necessárias ao funcionamento do Grupo de Trabalho serão custeadas pela Câmara dos Deputados, incluindo transporte, hospedagem, organização de eventos, publicações e outras similares.

Parágrafo único. Serão reservadas, na mesma rubrica orçamentária destinada às comissões temporárias especiais, os recursos necessários ao custeio das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 77345 - 3

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****ATO DO PRESIDENTE**

Cria Grupo de Trabalho para avaliar e propor mudanças no modelo brasileiro de tributação da renda corporativa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no desempenho de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que a recente reforma tributária levada a cabo nos Estados Unidos da América – que, entre outras mudanças, promoveu uma forte redução da alíquota incidente sobre a renda corporativa – colocou em destaque a competição mundial por investimentos;

CONSIDERANDO que, neste contexto, é urgente que o Brasil reavalie seu modelo de tributação da renda corporativa, tendo como objetivo não apenas tornar o país competitivo como polo de atração de investimentos, mas também corrigir distorções que resultem em ineficiências econômicas e iniquidades distributivas;

CONSIDERANDO que o Poder Legislativo deve desempenhar um papel protagonista na formulação de uma estrutura tributária capaz de aliar imperativos de justiça fiscal com a necessidade de fornecer estímulos econômicos aptos a incrementar a produtividade do empresariado nacional, com a consequente elevação da renda da população.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho destinado avaliar e propor mudanças no modelo brasileiro de tributação da renda corporativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. O prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo será de cento e vinte dias, contados da data de sua instalação.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I – Marcos Lisboa, Presidente do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa;

II – Isaías Coelho, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF);

III – Zabetta Macarini Carmigniani, Secretária-Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP);

IV – Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

§ 1º O Grupo de Trabalho escolherá, dentre seus membros, o relator.

§ 2º O Grupo elaborará, se necessário, minuta de regulamento para disciplinar os seus trabalhos, que será posteriormente submetida à apreciação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Art. 3º A participação no Grupo de Trabalho não será remunerada a nenhum título, constituindo serviço público relevante prestado à Câmara dos Deputados.

Art. 4º As despesas logísticas necessárias ao funcionamento do Grupo de Trabalho serão custeadas pela Câmara dos Deputados, incluindo transporte, hospedagem, organização de eventos, publicações e outras similares.



Documento : 77345 - 2

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Parágrafo único. Serão reservadas, na mesma rubrica orçamentária destinada às comissões temporárias especiais, os recursos necessários ao custeio das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 77345 - 2

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****ATO DO PRESIDENTE**

Institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992).

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no desempenho de suas atribuições, e,

CONSIDERANDO que a Lei de Improbidade Administrativa completou recentemente 25 anos em vigor, e que sua aplicação e uniformização mobilizou o Poder Judiciário ao longo desse período, tendo produzido um vasto cabedal de precedentes, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, instância máxima do direito ordinário do país;

CONSIDERANDO que a improbidade administrativa, enquanto categoria jurídica, foi objeto, ainda, da interpretação do Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula da função jurisdicional do Estado, do Tribunal Superior Eleitoral, que dela se valeu para um diálogo com sua atividade de controle da moralidade dos processos de escolha dos mandatários na democracia, bem como da advocacia e do Ministério Público, em suas diferentes esferas;

CONSIDERANDO que esse processo de releitura, reinterpretação e reconstrução semântico-jurídica permanente despertou a necessidade de sistematizar e aperfeiçoar a legislação vigente;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão de Juristas com a finalidade de apresentar, no prazo de cento e vinte dias, anteprojeto de reforma da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992).

Parágrafo único. O prazo para a conclusão dos trabalhos será contado a partir da instalação da Comissão.

Art. 2º A Comissão de Juristas a que se refere este Ato será presidida pelo Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**, do Superior Tribunal de Justiça, e terá a seguinte composição:

- a) Cassio Scarpinella Bueno;
- b) Emerson Garcia;
- c) Fabiano da Rosa Tesolin;
- d) Fábio Bastos Stica;
- e) Guilherme de Souza Nucci;
- f) Marçal Justen Filho;
- g) Mauro Roberto Gomes de Mattos;
- h) Ney Bello;
- i) Rodrigo Mudrovitsch;
- j) Sérgio Cruz Arenhart.

§ 1º A Comissão elaborará, se necessário, minuta de regulamento para disciplinar seus trabalhos, que será posteriormente submetida à apreciação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

§ 2º Deverão ser realizadas audiências públicas e reuniões com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho da Justiça Federal, o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados, e outros órgãos da sociedade civil organizada à critério da presente Comissão.

§ 3º A Presidência da Câmara dos Deputados estabelecerá um canal de comunicação direta com a sociedade para encaminhamento de sugestões, por meio de endereço eletrônico.

Art. 3º A participação na Comissão de Juristas criada por este Ato não será remunerada a nenhum título, constituindo serviço público relevante prestado à Câmara dos Deputados.

Art. 4º As despesas logísticas necessárias ao funcionamento do Grupo de Trabalho serão custeadas pela Câmara dos Deputados, incluindo transporte, hospedagem, organização de eventos, publicações e outras similares.

Parágrafo único. Serão reservadas, na mesma rubrica orçamentária destinada às comissões temporárias especiais, os recursos necessários ao custeio das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DO PRESIDENTE

Designa Comissão de Juristas incumbida de elaborar propostas de aperfeiçoamento da gestão governamental e do sistema de controle da Administração Pública.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no desempenho de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que a pesquisa "Retratos da Sociedade Brasileira", realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 143 municípios brasileiros, com base em 2.022 entrevistas, identificou que para 65% do povo brasileiro a corrupção era o principal problema do País para o ano de 2016;

CONSIDERANDO que, segundo estudo da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) elaborado em 2012, anualmente, até 2,3% do produto interno bruto do país, ou seja, aproximadamente R\$ 100 bilhões, são perdidos com práticas corruptas;

CONSIDERANDO que as fraudes contra a Administração Pública e o desvio de dinheiro têm se tornado progressivamente mais sofisticados, demandando maior eficiência, eficácia e efetividade da atividade de controle;

CONSIDERANDO que a atuação repressiva dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e dos demais órgãos de controle precisa ser reforçada com mecanismos de controle interno aderentes à nova realidade e com novas ferramentas legais que induzam uma administração pública proba e profissional;

CONSIDERANDO que as consequências da ineficiência da gestão são tão perniciosas quanto a corrupção;

CONSIDERANDO que a legislação que molda a Administração Pública e seu controle precisa ser aprimorada com o objetivo de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

absorver os mecanismos e práticas mais modernos, eficientes e eficazes em que o foco se desloca dos meios para os resultados.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar, no prazo de 60 dias, propostas de aperfeiçoamento da gestão governamental e do sistema de controle da Administração Pública.

Art. 2º Designar para compor a Comissão de Juristas:

I – o Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, que a presidirá;

II – a Conselheira Marianna Montebello Willeman, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

III – o Professor Carlos Ari Sundfeld, da FGV Direito SP;

IV – o Professor Juarez Freitas, da UFRGS;

V – o Professor Sérgio Guerra, da FGV Direito Rio.

§ 1º A Comissão escolherá, dentre seus membros, o relator.

§ 2º A Comissão elaborará, se necessário, minuta de regulamento para disciplinar os seus trabalhos, que será posteriormente submetida à apreciação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Art. 3º A participação na Comissão de Juristas não será remunerada a nenhum título, constituindo serviço público relevante prestado à Câmara dos Deputados.



Documento : 77345 - 1

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 4º As despesas logísticas necessárias ao funcionamento da Comissão serão custeadas pela Câmara dos Deputados, incluindo transporte, hospedagem, organização de eventos, publicações e outras similares.

Parágrafo único. Serão reservadas, na mesma rubrica orçamentária destinada às comissões temporárias especiais, os recursos necessários ao custeio das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

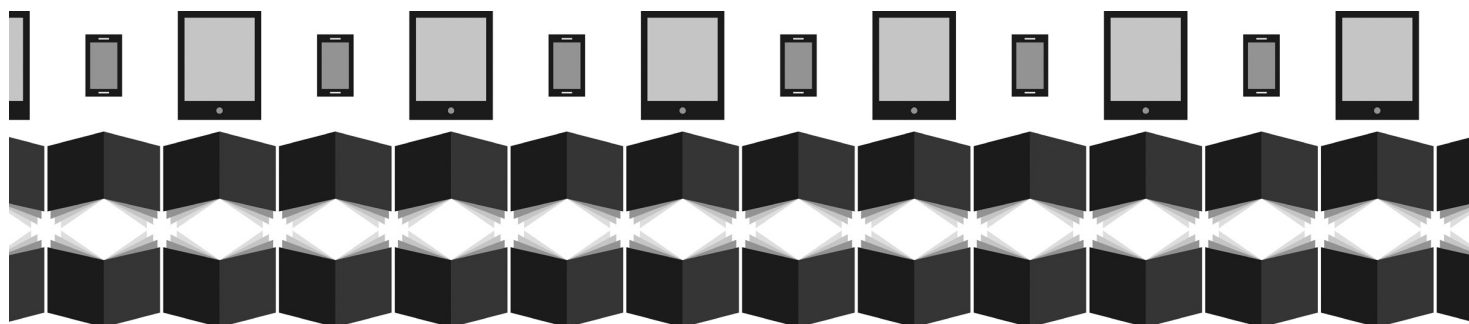


Documento : 77345 - 1

Livros digitais
gratuitos
Livros impressos
**a preços
acessíveis**

Livraria da Câmara

livraria.camara.leg.br



Siga a EDIÇÕES CÂMARA nas redes sociais





Fale com a Câmara
0800 619 619



/camaradeputados



@camaradeputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Secretaria-Geral da Mesa
Serviço de Publicação no DCD